



Reunião da CAE começa às 10 horas para deliberar sobre uma pauta com dez itens

## CAE debate isenção de IPI para caminhoneiros

Na proposta a ser examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos na quarta-feira, a isenção do imposto para compra de caminhões será temporária.

PÁGINA 2

## Programa vai de Tabatinga a Oiapoque



## Reativação do Calha Norte tem o apoio de senadores

Bernardo Cabral e Marluce Pinto defendem decisão do governo de manter o programa, destinado a proteger áreas de fronteira



Bernardo Cabral



Marluce Pinto

A reativação pelo governo do programa Calha Norte, que passará a ter verba orçamentária própria, foi elogiada na sexta-feira pelos senadores Bernardo Cabral e Marluce Pinto. Criado em 1985, o programa destina-se a intensificar a presença brasileira na região de fronteira. "Em se falando de Amazônia, é melhor integrar para não entregar", afirmou Cabral.

PÁGINA 3

Treze itens constam da pauta da Comissão de Assuntos Sociais



## Idoso pode ter data anual para vacinação

Proposta originária da Câmara fixa data para que integrantes da terceira idade recebam, todos os anos, proteção contra gripe, pneumonia e tétano.

PÁGINA 2



Comissão que investiga sistema financeiro entrega conclusões em 5 de outubro

## Medidas contra elisão fiscal chegam à CPI

Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, entrega na quarta-feira projetos visando reduzir brechas legais utilizadas pelos grandes bancos e empresas.

PÁGINA 2

## CCJ EXAMINA PROJETO QUE ANTECIPA POSSE DE CHEFES DO EXECUTIVO PARA 15 DE DEZEMBRO

Projeto de José Roberto Arruda (PSDB-DF), fixando em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição a posse do presidente da República, governador, prefeito e respectivos vices será examinado na próxima

quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em reunião marcada para as 15h30. A medida, diz Arruda, permitirá que os chefes do Executivo, nos três níveis da Federação, sancionem o projeto de lei orçamentária a vigorar no primeiro ano do seu mandato, propiciando-lhe a oportunidade de modificá-lo.



José Roberto Arruda



Sérgio Machado

Também está na pauta projeto de Sérgio Machado (PSDB-CE) que amplia o número de candidaturas passíveis de registro pelos partidos, nas eleições legislativas. Deve ser votado ainda projeto de Ademir Andrade (PSB-PA)

estabelecendo que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares.

Deve ser votado, finalmente, projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) ampliando a segurança e fiscalização do voto eletrônico.

# CAE discute isenção temporária de IPI

Projeto do senador Moreira Mendes libera o pagamento do tributo nas compras de caminhões para transporte de carga quando adquiridos por autônomos

## CPI recebe as sugestões de Everardo contra elisão fiscal

A CPI do Sistema Financeiro receberá na quarta-feira do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sugestões de projetos de lei destinados a fechar brechas legais usadas pelas empresas para reduzir o imposto de renda a pagar (elisão fiscal). A CPI deve apresentar as propostas ao Congresso, quando encerrar suas atividades, dia 5 de outubro.

Os senadores decidiram pedir ao secretário anteprojetos sobre o assunto depois que Everardo revelou à CPI, no dia 20 de maio, que um levantamento com os 60 maiores bancos constatou que 26 deles não pagaram um centavo de Imposto de Renda no ano passado, usando exatamente essas brechas legais. Das 530 maiores empresas do país, metade também não pagou Imposto de Renda.

Depois de ouvir o secretário da Receita Federal, a CPI marcará a data para os dois últimos depoimentos — do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que volta à comissão. Eles foram convocados para opinar sobre propostas que vêm sendo discutidas pela CPI destinadas a melhorar a atuação do Banco Central.

As propostas dos senadores objetivam evitar a repetição de episódios como a venda de dólares pelo BC, a preços abaixo da cotação de mercado, aos bancos Marka e FonteCindam, em janeiro, no processo de mudança cambial. A venda desses dólares é um dos fatos investigados pela comissão de inquérito.

O relator, senador João Alberto (PMDB-MA), anunciou que pretende responsabilizar a então diretoria do Banco Central, presidida por Francisco Lopes, pelos prejuízos que a venda dos dólares trouxe ao BC. Também serão responsabilizados o ex-dono do Marka, Salvatore Alberto Cacciola, e os controladores do FonteCindam.

O projeto de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que estabelece a isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas quando adquiridos por transportadores autônomos é um dos dez itens da pauta da próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevista para a quarta-feira.

Com parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), o projeto determina que o período de isenção será de dois anos e somente será válida para transporte de mercadorias de peso em carga máxima superior a cinco toneladas. O benefício só poderá ser utilizado uma única vez pela mesma pessoa.

Também está incluído na pauta da CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o projeto de Ademir Andrade (PSB-PA) determinando que



Proposta de Moreira Mendes (E) permite que isenção seja usada só uma vez

as assembleias legislativas estaduais e do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou o DF. O parecer do relator, senador Paulo Hartung (PSDB-ES), é pela aprovação da matéria, nos termos de emenda substitutiva.

Entre os demais projetos que deverão ser apreciados pelos senadores na reunião da CAE, estão dois do sena-



dor Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Um deles concede isenção do IPI às doações a entidades sem fins lucrativos. O outro estabelece incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes. O relator dos dois projetos, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), apresentou pareceres pela rejeição.

## Projeto cria dia de vacinação para os idosos

Projeto criando o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade será examinado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne para deliberar sobre uma pauta de 13 itens. Originário da Câmara e seguindo orientação da Organização Mundial de Saúde, o projeto determina que nesse dia serão realizadas vacinações antigripal, antipneumococo e antitetânica. O relator é o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), favorável à aprovação da matéria, na forma de um substitutivo.

Também integra a pauta iniciativa da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que cria um seguro obrigatório para garantir aos empregados de empresas urbanas de trabalho temporário o pagamento de rescisão, quando a relação de emprego encerrar-se em decorrência da falência do empregador. Atualmente, nem todos esses trabalhadores contam com a garantia de receber as verbas rescisórias.

A CAS examinará ainda projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que altera o Código Penal para aumentar a pena dos que cometem crime utilizando técnica de artes marciais ou de ou-



Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Osmar Dias, tem extensa pauta de trabalho para sua reunião de quarta-feira

tro tipo de luta. Em defesa da iniciativa, o parlamentar aponta a disparidade de forças entre o agente e a vítima, principalmente nos crimes de homicídio, lesão corporal, rixa e formação de bando ou quadrilha.

Luiz Estevão quer igualmente alterar o Estatuto da Criança para garantir a todo menor o acesso a esporte, diversões e espetáculos públicos, desde que adequados à sua idade. A relatora dessa matéria, Marluce Pinto (PMDB-RR), tem parecer favorável à iniciativa.

Deve ainda ser examinado projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE),

dispondo sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV.

Também aguardam votação iniciativas de Freitas Neto (PFL-PI), criando um Centro Nacional para Estudo das Plantas Medicinais Brasileiras; Gilvam Borges (PMDB-AP), sobre a obrigatoriedade de cirurgia reparadora nos casos de mutilação; Luiz Otávio (PPB-PA), sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros; José Roberto Arruda (PSDB-DF), criando o Conselho Federal de Leiloeiros Oficiais; e Carlos Bezerra (PMDB-MT), normatizando a destinação final de garrafas e outras embalagens.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1999

Plenário
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa
PREVISÃO DA SEMANA
Quarta-feira
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária - reunião de comissões
Quinta-feira
▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária - reunião de comissões
Sexta-feira
▶ 9h - Sessão não deliberativa
COMISSÕES
Quarta-feira
▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Entre outros itens, *PR nº 66/99, que altera a Resolução 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de seus respectivos autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *PR nº 68/99, que dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78/98; *PLS nº 392/99, que determina que as assembleias legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos estados ou para o Distrito Federal; e *PLS nº 433/99, que acrescenta parágrafos ao art. 34 da Lei nº 9.249/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido. <i>Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19</i>
▶ 11h30 - Comissão de Educação
Pauta: *PLS nº 387/99, que modifica dispositivos da Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizantes do 2º grau supletivo; *PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned de Colatina; *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; e *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. <i>Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15</i>
▶ 14h30 - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Entre outros itens, *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 49/98, que cria o Dia Nacional de Vacinação da Terceira Idade e o programa de vacinação em pessoas que alcançaram a terceira idade, internadas ou recolhidas em instituições geriátricas; *PLC nº 94/94, que acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho; *PLS nº 15/99, que altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, e o artigo 75 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; *PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras; *PLS nº 267/99, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV; e *PLS nº 258/99, que obriga a realização de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. <i>Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9</i>
▶ 15h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Entre outros itens, *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral - por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998. <i>Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3</i>
▶ 17h - CPI do Sistema Financeiro
Convidado: Everardo Maciel, secretário da Receita Federal. <i>Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2</i>

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Bernardo Cabral elogia decisão do governo de retomar Calha Norte

Senador lembrou importância da defesa das fronteiras do país, que enfrentam ameaças de guerrilha e narcotráfico, e disse ser melhor “integrar para não entregar”

O programa Calha Norte, que tem por objetivo a defesa da fronteira da Amazônia com países vizinhos, deverá ser mantido a partir de verbas destinadas pelo governo federal, segundo informou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), durante discurso no plenário, na sexta-feira.

— Soube que o presidente Fernando Henrique Cardoso mandou destinar verba

orçamentária própria para o Calha Norte para que o programa não seja extinto, mas reativado — disse.

O senador informou ainda que uma reunião do Alto Comando das Forças Armadas estava tratando do assunto e elogiou a decisão do presidente de reativar o Calha Norte, observando que o programa é muito importante para a defesa das fronteiras do país na região Norte.

— Em se falando de Amazônia, é melhor integrar para não entregar — ponderou.

Cabral observou que a região precisa de proteção, pois faz fronteira com as Amazônias colombiana, boliviana, peruana e venezuelana, que têm problemas de guerrilha e narcotráfico.

O senador lembrou que o programa chegou a ser abandonado, ficando sem



Bernardo Cabral defende integração da Amazônia

recursos orçamentários e fora do Plano Plurianual (PPA) apresentado recentemente pelo Executivo.

— Um técnico burocrata chegou a sugerir a extinção do programa — disse.

Cabral elogiou os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Pedro Simon (PMDB-RRS), que defenderam o Calha Norte em recentes discursos feitos no plenário, atribuindo a decisão do governo de voltar atrás em relação ao programa devido às críticas que sua desativação sofreu.

## MARLUCE

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), em pronunciamento no plenário, também manifestou sua satisfação diante da decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de dar continuidade ao programa Calha Norte.

— Além da missão estratégica de defender as fronteiras norte do país, os militares do programa prestam uma assistência médica e até humana aos indígenas — disse a senadora, que defendeu o programa durante a Constituinte e foi autora do requerimento que, em 1993, criou uma comissão mista destinada a reavaliar o Calha Norte, da qual foi presidente e relatora.

## Marluce recomenda adoção de nova política indigenista

Ao registrar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a atuação da Funai, criada na Câmara dos Deputados, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu, na sexta-feira, a adoção de uma nova política indigenista no país.

Marluce Pinto comunicou ao plenário que os membros da CPI visitarão a fronteira norte de Roraima nos próximos dias 10, 11 e 12, percorrendo aldeias indígenas e realizando audiências públicas na Assembléia Legislativa do estado. Ela disse acreditar

que o trabalho da comissão pode resultar em políticas que realmente protejam os índios, apontando aos governantes novos caminhos para uma convivência pacífica entre as comunidades indígenas e seus irmãos caboclos, mestiços, mulatos e brancos.

— A atual política se volta, unicamente, de forma quase insana e inexplicável, para a demarcação de

áreas indígenas — afirmou.

Segundo Marluce Pinto, as reservas já se espalham por 12% do Acre, 22% do Amazonas, 8% do Amapá, 20% do Pará, quase 18% de Rondônia, mais de 7% do Tocantins e 57,27% de Roraima. Segundo dados da Funai citados pela senadora, a população indígena é de 326 mil pessoas, das quais 144 mil estão na Amazônia.

Diante de tais informações, Marluce perguntou se “realmente há necessidade de tanta terra para tão poucos”.

— Parecem existir sérios interesses para a manutenção do imenso vazio demográfico em nossa Amazônia. Cada dia entendo menos as razões, mas afirmo que cheira muito mal o odor que emana desse interesses.

A senadora por Roraima defendeu uma política de valorização da cidadania indígena.



Marluce propõe valorização de cidadania indígena

## Objetivo do programa é aumentar presença brasileira

A intensificação da presença brasileira na faixa de fronteira é o principal objetivo do programa Calha Norte, idealizado pelo general Bayma Denys, à época presidente do Conselho de Segurança Nacional, e colocado em prática a partir de 1985. O programa nasceu da necessidade de proteger uma região que vem sendo colocada em risco pelo garimpo ilegal, pelo narcotráfico e pela exploração predatória da natureza.

Segundo o governo brasileiro, o Calha Norte não se limita à distribuição de postos militares instalados na linha de fronteira. Destina-se, igualmente, a marcar a presença do Estado e a melhorar as condições de vida dos habitantes da região. Entre os objetivos do programa estão a assistência às populações indígenas, a implantação de pequenas centrais hidrelétricas e de centros de telecomunicações, além da expansão das estradas e da própria vigilância naval, terrestre e aérea.

A restauração e o adensamento dos marcos limítrofes entre o Brasil e os demais países amazônicos também são apontados pelo governo como uma meta do programa. Da mesma forma, pretende-se ampliar as relações com os países vizinhos, facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças, reforçando a rede consular e fortalecendo os mecanismos de cooperação.

A faixa de fronteira de 150 quilômetros de largura, que se estende de Tabatinga (AM), na fronteira com a Colômbia, até Oiapoque (AP), junto à Guiana Francesa, foi definida pelo governo como área prioritária do Calha Norte. Entre os dois extremos situam-se áreas limítrofes com a Colômbia, a Venezuela, a Guiana e o Suriname.

## Nabor Júnior pede incentivo à economia da borracha

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu na sexta-feira uma política de incentivos à economia da borracha na Amazônia, afirmando que essa é a única saída para se evitar o agravamento dos problemas vividos pelos seringueiros na região.

— Desde que a economia da borracha entrou em colapso, com o cancelamento das medidas que ainda permitiam alguma capacidade competitiva ao produto nativo amazônico, os seringueiros ficaram praticamente abandonados, os antigos trabalhadores debandaram para as periferias urbanas com as respectivas famílias, aumentando os índices de desemprego, de doenças, analfabetismo e carências médico-hospitalares — afirmou.

Nabor Júnior defendeu a manutenção da subvenção econômica destinada atualmente aos produtores de borracha natural e a ampliação do valor desse auxílio, fixado em R\$ 0,90 para cada quilo do chamado tipo granulado escuro brasileiro nº 1. Essa subvenção foi estabelecida pela Lei nº 9.479, de 1997.



Nabor quer evitar êxodo de seringueiros para cidades

O senador informou que, após denúncias de irregularidades nas faturas e estatísticas que servem de base para tal pagamento, este foi suspenso, o que provocou mais problemas ainda para os produtores.

— Só agora, no final de agosto, começaram a ser liberados os primeiros processos de pagamento da subvenção, retidos sob a alegação de suspeitas de mau uso dos recursos. Isso levou o setor a perdas irreversíveis, abalando sua estrutura e sua saúde financeira e comprometendo a produção de borracha natural brasileira, por responsabilidade exclusiva do Ministério da Agricultura — disse.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou o discurso de Nabor Júnior, criticou a devastação da floresta amazônica e a consequente expulsão dos nativos. Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que o Norte precisa de incentivos para ter melhor infraestrutura, pois é a região que, por possuir muitas riquezas naturais, pode ser uma solução para minorar a pobreza no país.



Tião Viana considerou positiva presença de integrantes da CPI do Narcotráfico

## Viana registra visita de parlamentares ao Acre

“O Congresso mostrou que está presente na luta que o governo do Acre vem desenvolvendo para resgatar a paz e o estado de direito, tão necessários aos moradores daquela região”, disse o senador Tião Viana (PT-AC) ao registrar, na sexta-feira, a visita de membros da CPI do Narcotráfico àquele estado, entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro.

De acordo com o senador, “o Acre estava voltando à barbárie em consequência da ação dos narcotraficantes, que já se encontravam alojados dentro da própria máquina administrativa do estado”. Ele observou, no entanto, que com a posse do novo governador a situação começou a se reverter.

Tião Viana disse que o desembarco dos traficantes de drogas era tamanho que, mesmo na capital do Acre, as crianças já não podiam brincar nas ruas, por causa da ação dos marginais. “No entanto, enquanto o governador denunciava a falta de controle das autoridades sobre o tráfico e os traficantes, procurando coibir sua ação, a oposição o acusava de estar agindo movido por objetivos meramente partidários”, lamentou.

A visita ao Acre dos deputados que integram a CPI do Narcotráfico foi uma oportunidade valiosa, segundo o senador, porque através deles o Congresso Nacional constatou a ameaça que os direitos humanos e a paz dos moradores daquele estado vinham sofrendo.

— Eles saíram do seu dia-a-dia e, por meio de entrevistas e investigações pessoais, puderam conhecer melhor aquela realidade, realizando uma visita histórica ao nosso estado — assegurou Tião Viana.

Além do deputado Magno Malta (PTB-ES), que preside a CPI, também estiveram no Acre a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) e os deputados Moroni Torgam (PSDB-CE), Lino Rossi (PSDB-MT), Eber Silva (PDT-RJ), Reginaldo Germano (PFL-BA), Fernando Ferro (PT-PE), Paulo Baltazar (PSB-RJ), Milton Bahiano (PPB-ES) e Wanderley Martins (PDT-RJ).

# Marina defende ações concretas de combate à miséria

Os investimentos em educação, a geração de empregos, a reforma agrária, a taxaço das grandes fortunas e a redistribuição da renda nacional são, segundo a senadora, o caminho para erradicar a fome e a pobreza do país

Prioridade para a educação, geração de empregos, reforma agrária, taxaço das grandes fortunas e uma melhor distribuição da renda em todo o país são, na opinião da senadora Marina Silva (PT-AC), as iniciativas concretas que devem ser adotadas pelo governo para o combate à pobreza. Segundo ela, sem a adoção dessas medidas, pouca coisa poderá ser feita para que a miséria seja erradicada.

Marina Silva, que é integrante da comissão mista do Congresso Nacional destinada a propor medidas para o combate à fome e à pobreza, entende que a educação é o caminho natural para que milhões de brasileiros tenham novas oportuni-

dades de vida. Ela sugeriu, também, que o programa bolsa-escola seja estendido a todo o país.

Tomando por base informações de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marina Silva observou que a garantia de apenas cinco anos de escolaridade a toda a população brasileira resultaria numa redução de 6% da pobreza existente, razão pela qual acha que a educação deve ser prioritária.

Ela fez esses comentários ao ler, da tribuna, reportagem publicada na revista *Cláudia*, sob o título "A Infância Perdida". A matéria denuncia que cerca de 3,5 milhões de crianças brasileiras perdem o período da in-

fância trabalhando em tarefas consideradas pesadas, como na extração do sisal e no corte de cana, e até quebrando pedras.

— Ao ler a matéria, fiquei emocionada com os relatos tristes das crianças e lembrei da minha infância, que não foi muito diferente da infância de milhões de crianças que ainda hoje exercem atividades penosas e que não contam com o amparo do Estado, principalmente na área da educação — concluiu Marina Silva.

O senador Tião Viana (PT-AC), em aparte, repudiou a existência do trabalho infantil, que, no seu entender, "agrade toda a sociedade".



Marina Silva diz que a educação pode contribuir para reduzir a miséria muito rapidamente

## Simon pede "ação enérgica" contra ministro

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou sexta-feira do presidente da República uma "ação enérgica" diante das críticas públicas feitas pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Clóvis Carvalho, à política econômica conduzida pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. "O excesso de cautela, será o outro nome para covardia", chegou a dizer Clóvis Carvalho.

Na avaliação do senador, Clóvis Carvalho "foi irresponsável ao acusar Malan", cabendo a Fernando Henrique tomar uma decisão, "sob pena de o presidente perder a autoridade no governo".

— O presidente Fernando Henrique tem que dar uma resposta à altura. O que ele não pode é assistir a tudo isso e ficar calado, porque o que está em jogo é a sua própria autoridade — disse Simon, que considerou as declarações de Clóvis Carvalho "demagógicas".

Para Simon, "as afirmações irresponsáveis do ministro do Desenvolvimento desmoralizaram o próprio código de ética do governo, colocando o presidente numa situação difícil". Os ministros, argumentou ele, podem divergir, mas não "agredir com linguagem grosseira e desrespeitosa os seus colegas de ministério" — o que, avalia, requer a intervenção do presidente da República.

— Do contrário, isso poderá abrir caminho para novas crises, envolvendo outros setores do governo — previu.

Depois de deixar claro não acreditar que o ministro do Desenvolvimento te-

nha falado em nome de Fernando Henrique, Simon estranhou que Clóvis Carvalho tenha criticado duramente a política econômica do governo no momento em que o presidente dava "uma resposta à altura dos reclamos das oposições" e anunciava um plano de investimentos de ordem de R\$ 1 trilhão, destinado principalmente à área social e ao desenvolvimento sustentado.

Na opinião de Simon, Malan não demonstra ser um covarde na condução da economia, e faz de tudo para conter a inflação, conservar a estabilidade da moeda e manter o orçamento equilibrado. O parlamentar gaúcho lembrou, no entanto, sua posição crítica em relação a aspectos da atual política econômica e à privatização de setores considerados básicos.

Ao enfatizar que não estava fazendo críticas a Fernando Henrique e sim solidarizando-se com o presidente diante do "triste" episódio envolvendo as declarações do ministro do Desenvolvimento, Simon garantiu que existe no seio do governo uma unanimidade: ninguém gosta de Clóvis Carvalho.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), em aparte, disse que as críticas de Simon eram construtivas e que a sua análise tinha por objetivo contribuir para a superação do que chamou de momento difícil por que passa o presidente da República. Marina Silva (PT-AC) afirmou que o incidente entre os ministros demonstra a ausência de propostas de governo para o país.



Para Pedro Simon, o ministro do Desenvolvimento, Clóvis Carvalho, "foi irresponsável"

## Ademir: Clóvis Carvalho viajou 370 vezes em aviões da FAB

De 1995 a 1998, o ex-ministro-chefe da Casa Civil e atual ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Clóvis Carvalho, viajou 370 vezes em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), denunciou em plenário na sexta-feira o senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Encaminhada ao senador pelo comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Walter Werner Bräuer, a relação havia sido requerida por Ademir Andrade à Aeronáutica em maio. O senador buscava esclarecer denúncias sobre o uso indevido que o então ministro-chefe da Casa Civil estaria fazendo de aeronaves da FAB. O fato então em evidência era a viagem realizada por Carvalho a Fernando de Noronha, onde permaneceu de 13 a 20 de fevereiro.

— Estamos mostrando à sociedade as mordomias do governo Fernando Henrique. É preciso que o presidente tome providências em relação ao abuso de poder de Clóvis Carvalho, que foi passear em Fernando de Noronha com seus familiares e lá foi servido por taifeiros da Aeronáutica — disse o senador.

O ofício enviado por Bräuer ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para encaminhamento a Ademir Andrade afirma que Carvalho ressarcia a Aeronáutica pelas despesas de hospedagem em Fernando de Noronha, e que os serviços prestados ali foram "normais". De acordo com o documento, a Aeronáutica atende a pedidos de aviões de autoridades credenciadas na suposição de que serão usados em missões oficiais. Carva-

lho não informou à Força Aérea o caráter da viagem a Fernando de Noronha, de acordo com o ofício. Nem a Aeronáutica registrou os nomes das pessoas que viajaram com o ministro.

Se deixou mesmo de registrar a identidade dos acompanhantes de Carvalho, a FAB pecou por omissão do dever, na opinião de Ademir. Mas ele acredita que essas informações não foram encaminhadas ao Senado para não expor o ministro e o governo. O senador se disse estarecido com o número de viagens realizadas em aviões militares em quatro anos, a maior parte em rotas cobertas por aviões de carreira, como o trecho Brasília-São Paulo.

— Foi quase uma viagem a cada três dias, o que é um gasto abusivo de dinheiro público — alertou Ademir.

Conforme o senador, Carvalho deve desfrutar de muito prestígio junto a Fernando Henrique, pois nada sofreu depois de confirmadas as denúncias. Para demonstrar que o ministro do Desenvolvimento é um colaborador com muita força no Palácio do Planalto, ele chamou a atenção para o episódio em que Carvalho acusou de covardia o ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante seminário do PSDB.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) disse estar convicta de que as intrigas entre ministros são criadas pelo próprio presidente com o objetivo de iludir a opinião pública, fazendo crer que o governo mudará com a troca deste ou daquele auxiliar.

## Famílias no PA correm risco de contaminação, afirma senador

As 800 famílias que ocuparam a antiga fazenda da Volkswagen — atual Vale do Cristalino — no Pará estão com sua saúde em risco. Segundo o senador Ademir Andrade (PSB-PA), a área em que estão acampadas contém urânio até na superfície, conforme o presidente das Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), Roberto Franca.

Ademir reuniu-se recentemente com Franca e os ministros da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, para tratar da situação da Vale do Cristalino. Os dois ministros prometeram ao senador encontrar uma saída para evitar que os agricultores sejam prejudicados.

Jungmann garantiu a Ademir Andrade que o ministério mudará as famílias para uma região próxima, fora de perigo, até que um levantamento técnico seja feito para determinar exatamente onde está o urânio. Enquanto isso, as famílias receberão cestas básicas. O prazo para a conclusão do levantamento e a análise do material é de 120 dias.

O senador pediu também providências para salvaguardar a saúde dos colonos do projeto agrícola Pau-Brasil, localizado perto da Vale do Cristalino. Eles estariam também correndo risco de contaminação pelo urânio.



Ademir quer medidas de proteção à saúde dos agricultores